

2!

D

2!

D

2!

D

25 de Novembro DE 1975. O 25 de Novembro continua a ser um dos episódios mais polémicos e, em alguns aspetos, nublosos do Processo Revolucionário Português. Existe um relativo consenso em torno da ideia de ter sido a “saída” dos *paras* a determinar o desencadeamento das movimentações militares. Historiadores e protagonistas parecem também de acordo quanto ao facto de o 25 de Novembro não se resumir a uma simples reivindicação, mais ou menos corporativa, dos *paras*. São também conhecidas, com algum detalhe, as principais ações levadas a cabo nesse dia. No entanto, a polémica subsiste, nomeadamente no que diz respeito à questão central: houve ou não uma tentativa de golpe de Estado, mais ou menos minuciosamente preparada, e quais os seus autores? As opiniões dividem-se também relativamente a uma multiplicidade de questões, de cuja resposta depende, em última análise, a explicação deste “episódio”: quem ordenou a saída dos *paras*? Estamos perante uma tentativa de golpe de Estado ou uma ação provocada para clarificação da situação político-militar? Quantos planos

militares existiam? Como explicar o comportamento de Otelo e dos diferentes conselheiros da Revolução? E o do PCP? E do Presidente da República? **Os acontecimentos.** Apesar do protagonismo que os comandos da Amadora frequentemente assumem nas narrativas sobre o 25 de Novembro, é em Belém, no campo político-militar, que ele se determina. Na madrugada de 25 de novembro, depois de mais uma longa e acesa sessão, o CR emite um comunicado confirmando a nomeação de Vasco Lourenço como comandante da Região Militar de Lisboa (RML). Ao abandonar a reunião, Otelo Saraiva de Carvalho dirige-se para o COP-CON, onde se encontravam reunidos alguns oficiais. Os acontecimentos precipitam-se. “Sabia que estava aquela malta toda em polvorosa à minha espera, e vou lá dizer-lhes qual tinha sido a sentença final. Quando acabo de explicar que, de facto, prescindí do lugar de comandante da Região Militar de Lisboa, [...] o Costa Martins, da Força Aérea, que estranhamente lá apareceu, é o primeiro a tomar a palavra para dizer alto e bom som que os paraquedistas não aceitam essa situação e que vão ocupar as bases aéreas e o Comando da Região Aérea” (*Expresso*, 17-4-1999). Otelo retira-se e, durante horas, permanece incomunicável. Numa operação “relâmpago”, que visava a neutralização dos meios aéreos e o controlo das comunicações da Força Aérea, os paraquedistas da Base-Escola ocupam as bases aéreas de Tanços, Monte Real e Montijo e o Estado-Maior da Força Aérea. Pouco depois, o RALIS monta um dispositivo militar nos acessos à autoestrada do Norte, ao Aeroporto da Portela e na zona de Beirolos, onde estava o depósito de material de guerra. Tropas da EPAM ocupam os estúdios da RTP e tomam posições nas portagens da autoestrada do Norte. O SDCI é posto em estado de alerta. Finalmente, cerca das 7 horas, os *paras* ocu-

pam o comando da 1.^a Região Aérea, em Monsanto, detendo o seu comandante. Retido, mas não incomunicável, Pinho Freire contacta Morais da Silva e a presidência da República. O alerta é dado: o “golpe” está na rua. Apesar da ameaça que há algum tempo pairava no ar, não é ainda possível distinguir com clareza os contornos das movimentações militares em curso. As ações dos *paras*, RALIS e EPAM podiam fazer parte de um plano mais vasto da *esquerda revolucionária* envolvendo outras unidades, como o COP-CON e a Polícia Militar. Neste sentido, e uma vez que a sua estratégia passou por se manterem no campo institucional, os Nove dirigem-se a Belém. Costa Gomes decide então assumir o comando. Tornava-se urgente sondar posições, controlar as “armas” e evitar a temida guerra civil. Cerca das nove horas da manhã, Costa Gomes convoca para Belém uma reunião extraordinária do CR com a presença dos chefes militares. Simultaneamente, inicia os preparativos para a instalação, no Palácio, de um posto de comando, cuja direção ele próprio assume. Coadjuvam-no, nesta ação, Vasco Lourenço (comandante da RML) e Rocha Vieira (chefe de Estado-Maior do posto de comando). Cerca de uma hora depois, o Presidente da República é confrontado com o plano de operações dos *moderados*. Costa Gomes pondera. Uma “luz verde” ao plano implicaria novas ações e, sobretudo, decretar o estado de sítio. Era preciso tomar algumas providências e, por isso, abre várias frentes de ação. Antes de mais, procurando negociar com os *paras*. Para tal, incumbe Costa Martins de obter a retirada das bases ocupadas mediante a promessa de que a sua situação seria revista. Perante a ausência de uma resposta e o desaparecimento do emissário, Costa Gomes desenvolve uma nova iniciativa: em nota oficiosa avisa os *paras* que usará da força “se se mantiver esse aventureirismo

irresponsável”. Paralelamente, e dada a necessidade de assumir diretamente o comando das tropas, contacta telefonicamente os diferentes regimentos para averiguar que não existia qualquer objeção a essa medida. Tenta ainda localizar Otelo, cujo paradeiro era, nesse momento, desconhecido. Mais tarde, voltará a utilizar a via telefónica para comunicar com alguns dirigentes da Intersindical e com Álvaro Cunhal. Num momento em que o Forte de Almada, o Regimento de Comandos da Amadora, os fuzileiros do Alfeite e o RALIS começam a ser cercados por populares, temendo-se o início da distribuição de armas a civis, estas iniciativas serão providenciais, garantindo a desmobilização popular. Independentemente do seu posicionamento político, quase todos os atores deste complexo enredo são unânimes em reconhecer o papel fundamental que, nesse momento, é desempenhado pelo Presidente da República. A habilidade de Costa Gomes está ainda patente no facto de, durante toda a crise, conseguir manter reunido, em permanência, o CR. A presença dos conselheiros em Belém impedia-os de tomar partido ou dirigir movimentações. O mesmo tenta fazer em relação aos comandantes de algumas unidades militares, sobretudo daquelas sobre as quais existiam dúvidas quanto à posição que iriam assumir. Decisivo é, também, o momento em que Otelo Saraiva de Carvalho, que muitos temiam que fosse, ou que viesse a ser, o líder da “sublevação”, chega a Belém. Seguro da sua posição, Costa Gomes decide decretar o estado de sítio na RML (16h30). Só então dá luz verde aos *moderados*, com quem mantivera longas conversações por forma a inteirar-se do seu plano de operações. Apesar de ser cada vez mais evidente a ausência de uma liderança consensual, de um plano e de uma coordenação das suas ações, cerca das 17h30, os *sublevados* tentam inverter a situação. Na rádio da PM,

ouve-se um apelo no sentido de serem enviados reforços para a Emissora Nacional. Pouco depois, saem tropas da PM e o SDCI distribui armas e fardamentos a civis. Varela Gomes instala-se no COPCON na tentativa de comandar as operações. Por seu lado, Duran Clemente, que dirigia a ocupação da RTP, solicita, pela TV, que as massas populares se mobilizem junto dos quartéis, da RTP e da EN (18h). A ofensiva dos *moderados* tinha, entretanto, sido desencadeada a partir do posto operacional da Amadora, dirigido por Ramalho Eanes. Um pelotão blindado do RC do Porto desloca-se para a Base Aérea de Cortegaça, onde se encontravam já os 123 oficiais que tinham abandonado Tancos há uma semana. Pouco depois das 19 horas, uma força do Regimento de Comandos da Amadora, liderada por Jaime Neves, cerca as instalações da Força Aérea em Monsanto e obtém a rendição dos seus ocupantes. O principal objetivo parece ser agora o controlo dos meios de comunicação. Primeiro, a Emissora Nacional, que, a partir das 20h45, passa a sua emissão para o Porto. Quinze minutos depois, o Sindicato dos Trabalhadores da Construção Civil convoca os seus membros para uma concentração junto às instalações do sindicato através do RCP. O CR intervém, avisando que um destacamento da Escola Prática de Cavalaria de Santarém se encontrava a caminho do Porto Alto onde estavam instalados os emissores de onda média. Cerca das 22h10, o RCP cessa as suas emissões. Nesse momento, e depois do caricato episódio Duran Clemente/Danny Kaye, já as emissões da RTP eram feitas a partir do Porto. A situação é cada vez mais desfavorável aos *sublevados*, sobretudo depois da bem-sucedida intervenção de Rosa Coutinho e Martins Guerreiro no sentido de desmobilizar os *fuzos*. Ao longo da noite a situação começa a normalizar-se. Pouco depois das 21h, é escutada na rádio e na TV

uma mensagem de Costa Gomes ao País, declarando que “na área geograficamente definida pelos limites da Região Militar de Lisboa passa a vigorar o estado de sítio parcial”. Pinho Freire retoma o comando da I Região Aérea, e as bases de Monte Real e da OTA (ocupada durante a tarde por *paras*) são desocupadas. As movimentações civis que se sentem em Lisboa, sobretudo na Rua Castilho (sede do SDCI) e na Calçada da Ajuda (Polícia Militar), começam a ser controladas. Na madrugada de 26 prosseguem as movimentações militares, apesar de a situação dos sublevados ser cada vez mais precária. O CR decide a dissolução do COPCON, exigindo a apresentação de todos os seus comandantes em Belém. A rendição da Polícia Militar será conseguida ainda na manhã desse dia, num dos episódios mais dramáticos e penosos do 25 de Novembro. Apesar dos apenas escassos metros que os separavam, há uma falha na comunicação entre as forças sitiadas de Jaime Neves e o Palácio de Belém. Vasco Lourenço conseguira, depois de vários contactos telefónicos com Campos Andrada, garantir a sua apresentação em Belém. Mas não consegue suspender o ataque, que se saldará em três mortos. O Comando da PM (Campos Andrada, Cuco Rosa e Mário Tomé) é conduzido a Belém, onde chegará também, ainda durante a manhã, Diniz de Almeida, recebendo ordem de prisão. No RALIS, a situação é instável. A posição dos *moderados* é cada vez mais sólida, obtendo apoios de várias unidades. Uma força da EPC, comandada por Salgueiro Maia, estaciona a 5 km de Lisboa. A unidade de Cavalaria de Estremoz avança sobre Setúbal. Outro reforço virá da RMN: ao princípio da tarde, tropas dos Regimentos de Cavalaria e Infantaria do Porto saem em direcção a Mafra para reforçar a EPI. Finalmente, recebem o apoio de várias unidades da Região Militar do Centro (Aveiro, Viseu e Tomar). Uma a

uma, as posições dos sublevados vão caindo. A situação no Forte de Almada tende a normalizar-se. Os fuzileiros dispersam os populares que se haviam concentrado junto à unidade, cujo comando é entretanto substituído. No RALIS, a situação é semelhante: os populares retiram-se progressivamente, e os soldados regressam ao quartel. A própria EPAM acaba por ceder, regressando ao comando da RML. Nas unidades da Armada, continuam a processar-se as reuniões de esclarecimento interno. A 27 são dados mais alguns passos para a normalização da situação. Ao fim da tarde os comandos da Amadora cercam e ocupam o COPCON. São efetuadas novas prisões, a juntar-se às de dezenas de oficiais já enviados para Custóias nessa madrugada. À noite, a base do Montijo é desocupada. Na Televisão, sucedem-se as comunicações de figuras militares tranquilizando a população: Costa Gomes, Morais da Silva, Melo Antunes, Pires Veloso... Apesar de ainda não dominarem todas as unidades, a vitória dos *moderados* era certa. Regularizada a situação em unidades como o RALIS e a Base-Escola de Tancos, pode-se falar, já no dia 28, em “vitória”. De quem? Como afirma Eduardo Lourenço, “não sei quem ganhou ao certo, embora creia que tenha sido a Revolução possível e lúcida. Mas sei quem perdeu – o verbalismo, o mimetismo ultrarrevolucionário e a sua miragem frenética de sovieterizar em dois tempos este País” (*Jornal Novo*, 3-12-1975). **Muitas dúvidas, muitas respostas.** Sobre as dúvidas que ainda hoje subsistem quanto a alguns dos aspectos que envolveram o 25 de Novembro, falam os protagonistas. Referindo-se aos meses que antecederam o 25 de Novembro, Melo Antunes recorda que “além das ações legais ou semilegais a que deitámos mão para obter a supremacia militar, também desenvolvemos ações clandestinas para nos prepararmos para uma confrontação que eu



judgava inevitável. [...] Tínhamos uma organização militar em marcha” (*Vida Mundial*, dezembro de 1998). Está hoje provado que os chamados *moderados* tinham um plano de ação claramente definido. Os contactos dos Nove com os comandantes das RML, RMN e RMC terão começado ainda durante o verão, momento em que se torna óbvia a incapacidade de “conciliação” com os setores gonçalvista e copconista. O plano deixava patente os largos apoios reunidos, dos oficiais das principais unidades do Exército, Força Aérea e, em menor escala, da Armada. Segundo José Manuel Barroso, “o plano previa apenas uma intervenção em Lisboa, devendo a Força Aérea apoiar os comandos e neutralizar os pontos inimigos: COPCON, RALIS, fuzileiros, navios de guerra. Se perdessem a capital, os moderados retirar-se-iam para a linha Mafra-Santarém, cortariam a água e a eletricidade a Lisboa e avançariam para sul, contando com os apoios de reserva do Norte e do Centro. PS e PPD constituiriam o apoio civil” (*Diário de Notícias*, 30-11-1995). Participam na elaboração deste plano vários oficiais como Ramalho Eanes, Loureiro dos Santos, Garcia dos Santos, Aurélio Trindade, Tomé Pinto e Rocha Vieira. Durante algum tempo foi comum afirmar-se que o plano dos *moderados* era essencialmente defensivo. No entanto, a ideia é cada vez mais questionada, existindo já dúvidas quanto ao facto de os *operacionais* se terem limitado a preparar uma resposta a uma eventual tomada de poder pelas forças “inimigas”. O testemunho de Vasco Lourenço é, a este respeito, revelador, afirmando não ter dúvidas quanto à possibilidade de um plano ofensivo: “eu admito hoje que se a situação não estivesse desbloqueada e não tivesse aparecido o 25 de Novembro, o Eanes, ao arrepi do grupo dos Nove, provavelmente teria avançado para um plano ofensivo” (Rezola: 2002). Segundo o mesmo testemu-

nho, a tese do plano defensivo terá começado a ser questionada quando surgem nos jornais as primeiras denúncias de planos militares, como foi o caso do “Plano dos Coroneis”. Neste contexto, surge a questão das eventuais ligações dos *operacionais* a organizações de extrema-direita. As investigações levadas a cabo por Sánchez Cervelló e Eduardo Dâmaso procuram provar o estabelecimento de contactos entre diversos membros do círculo de Eanes e as redes de extrema-direita do norte de Portugal. No entanto, os contornos destas ligações não são conhecidos. Mais claros são, neste momento, os contactos estabelecidos com o PS e o seu envolvimento no *plano dos moderados*. Edmundo Pedro, por exemplo, faz referência ao desenvolvimento de intensos contactos entre os dois grupos, tendo em vista a elaboração de “uma estratégia conjugada, ao nível global, de modo a assegurar o seu desenvolvimento simultâneo, integrado nos dois planos – militar e civil” (*Tempo*, 4-6-1987). Ramalho Eanes reconhece também que “as relações preferenciais do grupo eram com o PS”, revelando a existência de “várias reuniões com elementos do partido para a eventualidade de eles terem de participar numa ação deste tipo. Eles próprios se tinham comprometido a arranjar armas, e arranjarão, mas sem interesse...” (*Pública*, 19-11-2000). A polémica mantém-se, no entanto, relativamente à questão da distribuição das armas a civis. Paralelamente, começa também a ser conhecido o envolvimento dos socialistas na preparação de uma eventual intervenção estrangeira em Portugal. Ainda antes do 25 de Novembro, Mário Soares avista-se com James Callaghan para coordenar a ajuda militar britânica no caso de ser desencadeado um golpe comunista. O primeiro-ministro britânico terá garantido esse apoio, enviando para Portugal um oficial dos serviços secretos britânicos. Das



conversações então entabuladas resulta um plano para a eventualidade do desencadeamento de uma guerra civil em Portugal, onde se previam vários tipos de operações clandestinas, o apoio logístico aos militares moderados e a utilização de meios aéreos e marítimos para abastecimento da “resistência portuguesa” na zona norte. Segundo Vasco Gonçalves, a deslocação de Mário Soares para o Norte, no dia 25 de novembro, integra-se neste plano: Soares era o líder da resistência civil e, por isso, tinha de garantir-se a sua liberdade e segurança, caso Lisboa caísse nas mãos dos “revolucionários”. De acordo com o ex-primeiro-ministro, o plano não chegou a ser concretizado devido à reação do PCP e das “forças progressistas”, que não se deixaram envolver na provocação, e ao facto de Costa Gomes ter chamado a si a dependência direta de todas as unidades militares do País (Cruzeiro: 2002, p. 267). A posição do PCP no 25 de Novembro é, no entanto, alvo de grande controvérsia. Segundo Álvaro Cunhal, não existia, do lado dos comunistas, uma cadeia de comando militar, um plano, uma organização ou poder para avançar. Desmente as teses que “insistem em afirmar que o PCP preparava e que desencadeou um golpe militar para tomar o poder” porque, acrescenta, o PCP queria uma solução política e não militar para a crise que se vivia (Cunhal: 1999, p. 206). A mesma ideia é partilhada por Vasco Gonçalves, Varela Gomes e Martins Guerreiro, entre outros. Segundo as investigações levadas a cabo por José Manuel Barroso e Josep Sánchez Cervelló, esta tese, há muito contestada pelos políticos e militares afeitos ao grupo dos *moderados*, é insustentável. Segundo Cervelló, depois da queda do V Governo, a esquerda militar cria uma espécie de “diretório”, isto é, um grupo político-militar com ramificações no CR, COPCON e nos três ramos das FA e SDCI coor-

denado, entre outros, por Rosa Coutinho. O mesmo historiador sustenta que este grupo, que mantinha frequentes contactos com o PCP, “preparou um plano para resistir a um golpe dos moderados que, segundo previam, ocorreria antes da independência de Angola”. O plano tinha duas componentes: uma civil (onde estariam a FUR, o PCP, a Inter-sindical, a UDP e os órgãos de poder popular) e outra militar (onde se delineava a atuação da Armada, paraquedistas e COPCON). O *Relatório Preliminar do 25 de Novembro*, por seu lado, relewa a existência de um plano baseado “numa ação inicial de forças militares que seriam secundadas por um apoio de massas populares, quer em concentrações maciças, quer pelo apoio de grupos civis armados, uns e outros, a executar em pontos sensíveis”. Paralelamente, e apesar de a existência desse diretório ser negada por vários oficiais *gonçalvistas*, as revelações de um antigo membro do Comité Central do PCP, Raimundo Narciso, deixam patente a efetiva preparação de *milícias* armadas pelo partido (*Público*, 20-11-2000). A iniciativa acaba por sair gorada, perante a recusa do RALIS em proceder à entrega de armas. No entanto, este episódio deixa patentes duas ideias fundamentais para a compreensão do 25 de Novembro. Antes de mais, as dificuldades de diálogo e as desconfianças entre o PCP e a extrema-esquerda. Depois, a ideia do *recuo* do PCP. A tese do *recuo* do PCP é frequentemente evocada por aqueles que acusam o partido de ter promovido um golpe de Estado. Estes autores defendem que, depois de propagar a tomada do poder, o PCP, à última hora, retirou-se, abandonando a extrema-esquerda à sua sorte. Segundo Freitas do Amaral, a retirada do PCP terá sido negociada com Costa Gomes, porque Cunhal percebeu que não podia ganhar (Amaral: 1995, p. 491). Esta tese é corroborada por Mário Soares, entre outros. De acordo com o líder



*Os paraquedistas revoltosos de Tancos em 25 de novembro de 1975
Fonte: Álvaro Xavier e Carlos Gil, Arquivo Nacional-Torre do Tombo*



Pages not shown in this preview



Abri! Dicionário

– Soares. *Ditadura e Revolução*. Lisboa: Círculo de Leitores, 1996 • Pinheiro de AZEVEDO – *25 de Novembro sem Máscara*. Lisboa: Intervenção, 1979 • Maria Manuela CRUZEIRO – *Vasco Gonçalves. Um general na Revolução*. Lisboa: Notícias Editorial, 2002 • Álvaro CUNHAL – *A Verdade e a Mentira na Revolução de Abril: a contra-revolução confessa-se*. Lisboa: Edições Avante!, 1999 • César OLIVEIRA – *Os Anos Decisivos. Portugal 1962-1985: um testemunho*. Lisboa: Editorial Presença, 1993 • António REIS – “A dialéctica entre as componentes militar e civil no processo revolucionário do 25 de Abril”. *Revista de História das Ideias*, vol. 17, p. 561-573, 1995 • Maria Inácia REZOLA – Entrevista com o coronel Vasco Lourenço. Lisboa: junho–julho de 2002; – Entrevista com o almirante Rosa Coutinho. Lisboa: 3 de julho de 2002; – *Os Militares na Revolução de Abril. O Conselho da Revolução e a transição para a democracia em Portugal (1974-1976)*. Lisboa: Campo da Comunicação, 2006.

